

ANALISE DAS POLITICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO TOCANTINS NA ATUALIDADE

Eliane Pereira dos Santos Castro¹

Mestrado em Educação

elianecastro04@hotmail.com

Resumo: No presente artigo tem - se como objetivo uma análise das políticas de formação continuada dos Professores da Rede Estadual do Estado do Tocantins nos últimos quatro anos. Para isso, é necessário conhecer e compreender a estruturação das políticas pedagógicas de formação. A análise na perspectiva materialista histórica dialética terá como base teóricos os autores Saviani (2009), Marx e Engels (2011), Gatti (2008), Shiroma (2011), Nóvoa (2008).

Palavras – chaves: Políticas Públicas; Formação Continuada; Valorização profissional; Currículo.

Introdução

Neste estudo tem - se como objetivo compreender de forma sintética as políticas de formação de professores da Rede Estadual do Tocantins com um olhar político, pedagógico e histórico, conhecendo a estruturação e o desenvolvimento das políticas e práticas que regem a sua oferta aos profissionais docentes da rede.

É necessário entender a concepção das políticas estaduais e suas raízes para se ter uma compreensão sistemática do que é e o que será oferecido no avanço da qualidade do ensino público estadual.

Atualmente o sistema de ensino da educação Brasileira e do Estado do Tocantins desenvolvem ações no sentido de reformular e fortalecer de forma sistemática as políticas de formação continuada. A oferta de formação deve estar diretamente ligada às necessidades profissionais de modo a realizar uma aprendizagem crítica, ao considerar o ponto de partida para a construção de novos saberes e a chegada para o esclarecimento e o enfrentamento na execução do fazer pedagógico da escola.

¹ Graduada em Pedagogia (UNITINS), Especialista em Gestão Escolar (UFT) e Atendimento Educacional Especializado (UFC) atualmente mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, professora efetiva da Rede Estadual de Educação do Estado do Tocantins.

A metodologia utilizada para desenvolver este estudo foi a seleção e a análise de um conjunto de documentos sobre a legislação estadual e nacional que norteia as políticas de formação e valorização dos professores, textos de autores que numa perspectiva materialista histórico dialético que vem contribuir para uma reflexão e compreensão da natureza dessas políticas públicas.

Esse levantamento ocorreu durante governos distintos, com o intuito de observar uma diferença na questão do desenvolver das formações que ocorreram antes de 2010 em um primeiro momento e após esse ano em um segundo momento. Shiroma (2011, p. 33) apresenta em um de seus apontamentos o seguinte questionamento “[...]a tese da descontinuidade de políticas traz elementos para pensarmos na continuidade quando ocorre a troca de governos”.

Vale salientar que este estudo não faz nenhuma comparação a gestões governamentais, mas sim reflexões necessárias para a estruturação de políticas públicas de formação continuada efetiva.

Esse trabalho não tem por objetivo fazer uma ampla discussão sobre as políticas de formação desenvolvidas no Estado do Tocantins, mas contribuir para estudos mais complexos a serem desenvolvidos futuramente. Este trabalho se estrutura em quatro momentos. O primeiro apresenta uma breve estruturação das políticas de formação do Estado do Tocantins. Em seguida, a temática é o desenvolvimento das políticas de formação no Estado na atualidade utilizando como ponto de partida o ano de 2010. O terceiro momento um breve estudo da carreira docente com base na legislação e na reformulação do Plano Estadual de Educação ano 2015-2025. Finalizando com o Currículo na formação de professores.

1- Políticas de Formação do Estado do Tocantins: breve estruturação

Ao se debruçar sobre estudos acerca da formação continuada surge um grande desafio na realidade da educação Brasileira no que concerne a elaboração e desenvolvimento desses cursos. Todo esse processo é pensado a algum tempo, caracterizado por diversas pesquisas e avanços na criação e implantação das políticas nessa área do saber.

São necessários estudos profundos para a efetivação dessas políticas no cenário educacional. Nesse contexto conhecer a história dos princípios de organização das políticas públicas de formação do Estado do Tocantins é essencial para a reflexão na reconstrução e consolidação dessas políticas na atualidade.

Constituído por meio da Constituição Federal de 1988, com apenas 27 anos de surgimento o Estado do Tocantins tem como raízes a história educacional influenciada pelos seus pioneiros na criação do estado até os dias atuais. As primeiras experiências de formação continuada de professores eram desenvolvidas ocasionalmente por meio de cursos de aperfeiçoamento, treinamentos e reciclagens, não havendo um acompanhamento ou conhecimento da sua aplicabilidade no cotidiano das salas de aulas das escolas da Rede Estadual de Ensino.

A oferta de uma formação estruturada teve início apenas doze anos depois da sua criação no ano 2000, por meio de programas nacionais e também de iniciativa do Estado, conforme as necessidades apresentadas por meio de instrumentos próprios de coleta de dados da Secretaria Estadual da Educação e Cultura do Tocantins.

A partir de um estudo da história das políticas de formação continuada de professores no Estado do Tocantins, é possível refletir sobre o que advoga Shiroma (2011), os planos de educação e diversas outras bases norteadoras contribuem na construção de uma política educacional, mas não efetivam os objetivos sem a participação de diversas classes com seus diferentes interesses e conhecimentos para que as políticas públicas apresentem – se de forma consolidada e equilibrada nos espaços escolares.

O Estado não apresentava essa construção de uma forma conjunta e com uma equidade aos setores participantes desse processo, mas Nóvoa (2008), apresenta uma reflexão importante sobre essa questão da formação continuada de professores.

[...] houve, obviamente, avanços enormes na formação dos professores nos últimos anos, mas houve também grandes contradições. E a contradição principal que eu sinto é que se avançou muito do ponto de vista da análise teórica, se avançou muito do ponto de vista da reflexão, mas se avançou relativamente pouco das práticas da formação de professores, da criação e da consolidação de dispositivos novos e consistentes de formação de professores. (NÓVOA, 2008)

A política de formação continuada no Tocantins é constituída de diversas contribuições para os professores, mas conforme Gatti (2008) em suas pesquisas observa sobre os efeitos e efetividades destas formações na prática. Muitos professores não reconhecem a colaboração ou até mesmo os resultados na prática pedagógica ao não aceitar os “programas” de melhoria da qualidade de ensino. É fundamental a não negação das formações ofertadas pela Rede.

É preciso como apresenta Abbagnano (1982) [...] na capacidade de efetuar escolhas ou abstrações que permitam confrontos, avaliações de conjunto e, portanto, orientações de natureza relativamente estável. (p. 212), repensar a proposição das intervenções apresentadas

no desenvolvimento das formações como visão de melhoria do trabalho de natureza profissional e do ensino e aprendizagem dos discentes.

A formação continuada é vista atualmente como “reparação”, dos currículos de alguns cursos de graduação pobre de conhecimento que é ofertada em diversas instituições em todo o Brasil. Essa formação deve ser valorizada por sua contribuição estimável nas desenvolvimentos de práticas pedagógicas continua na validade da aprendizagem aplicada no cotidiano escolar.

Compreender e conhecer a estruturação da educação no Estado do Tocantins no seu contexto histórico, demonstra a complexidade desde a concepção inicial das políticas de formação até a atualidade, devido esse processo inicial ser a base para o desenrolar de ações de formações que influencie forma significativa na qualidade do fazer pedagógico nas instituições de ensino.

2 - Desenvolvimento das Políticas de Formação no Estado do Tocantins na atualidade

O Estado do Tocantins desde o ano de 2010 apresenta algumas ações de formação continuada. A primeira ação foi alicerçada em um trabalho de formação continuada, baseado nas formações em serviço², sempre no início do semestre e com sugestões de pautas, com autonomia das Unidades Escolares na realização dos estudos.

A segunda ação de formação está baseada nas formações ofertadas em parceria com o Governo Federal. No ano de 2013 iniciou – se na rede a Formação Continuada do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa voltada para os professores do Ensino Fundamental Séries Iniciais. Instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, e seguido pelas seguintes diretrizes gerais:

Art. 1º Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico, que passa a abranger:

I - a alfabetização em língua portuguesa e em matemática;

II - a realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para os concluintes do 3º ano do ensino fundamental;

III - o apoio gerencial dos estados, aos municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

² Formação em serviço: Estudo realizado dentro do espaço escolar. Alguns autores defendem esse tipo de formação. Nóvoa (1995) afirma que “é no espaço concreto da escola, em torno de problemas pedagógicos ou educativos reais, que se desenvolve a verdadeira formação do professor”.

Parágrafo único. A pactuação com cada ente federado será formalizada em instrumento próprio a ser disponibilizado pelo MEC. [...] (BRASIL, 2012, p.1)

O Pacto Nacional de Alfabetização está em sua terceira etapa de execução neste ano de 2015, além da abrangência da Língua Portuguesa e Matemática trata também de Ciências em consonância com as outras duas disciplinas citadas anteriormente.

Outro Programa de Formação instituído no Estado em parceria com o Governo federal é o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que funciona desde o ano de 2014, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, e tem como uma de suas ações a Formação Continuada dos Professores do Ensino Médio com os seguintes objetivos:

- Promover melhoria da qualidade do Ensino Médio;
- Ampliar os espaços de formação de todos os profissionais envolvidos nesta etapa da educação básica;
- Desencadear um movimento de reflexão sobre as práticas curriculares que se desenvolvem nas escolas;
- Fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2013, p.1)

A Secretaria Estadual da Educação desenvolve outras ações para a realização das formações continuadas para os professores por meio do e-Proinfo (ambiente colaborativo de aprendizagem). O professor por meio desta plataforma tem a oportunidade de estudar em cursos a distância e presenciais e também uma diversidade de projetos de pesquisa e projetos colaborativos servindo como apoio a distância. Outras ações que estão em andamento atualmente são: a) Capacitação em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América para os professores de Língua Inglesa; b) Curso de Libras; c) 1º Curso de Iniciação ao Esporte Paraolímpica; d) Formação de professores de Educação Física para atendimento de alunos com algum tipo de deficiência.

As políticas de formação continuada no Estado do Tocantins seguem uma necessidade apresentada no decorrer de estudos e levantamentos realizados no ano de 2015, criando assim uma agenda de planejamento baseado nas especificidades das demandas apresentadas, Garcia (1999, p. 20) sobre o processo de formação “[...] é um processo inicial e continuado, que deve dar respostas aos desafios do cotidiano escolar, da contemporaneidade e do avanço tecnológico [...]” reforça esse novo pilar de construção atualmente no Estado. .

Este diagnostico de situação educacional do Tocantins é base sustentadora de ações e políticas consistentes, colabora com uma visão inovadora e a uma transformação contemporânea na estrutura organizacional conforme cita Cunha (2006)

As inovações que adivinhamos próximas se materializam pelo reconhecimento de formas alternativas de saberes e experiências, nas quais imbricam objetividade e subjetividade, senso comum e ciência, teoria e prática, cultura e natureza, anulando dicotomias e procurando gerar novos conhecimentos mediante novas práticas [...] (CUNHA, 2006, p. 18).

As inovações nas alternativas de oferta de formação continuada é um importante avanço no processo de desenvolvimento da Educação, isso significa que é preciso estar sempre unificando a teoria e a prática no desencadear das formações, e principalmente na elaboração das políticas públicas de formação e valorização dos profissionais docentes. A seguir será apresentado a carreira docente desde uma visão histórica até as aproximações de uma visão futura.

3 - A carreira docente no Tocantins: expectativas para o futuro

Analisando desde 1988 as políticas de valorização e formação de professores no Estado do Tocantins percebe – se que o trajeto de evolução ocorreu de forma gradativa conforme os desdobramentos dos processos de desenvolvimento histórico e econômico.

Saviani (2008) apresenta de uma forma clara e objetiva essa mudança no cenário das políticas educacionais pelo Estado em seus direcionamentos “[...] rumos que se devem imprimir a Educação Estadual [...] configurando assim uma modalidade de política social” (SAVIANI, 2008, p. 1).

Isso implica em reafirmar que a análise de Marx e Engels (2011, p. 46) revela que “[...] o Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem [...], tendo por funções conciliar os conflitos de classe, mantendo a ordem econômica, ou seja, sobrepondo as barreiras de um modo abstrato”.

A política de formação docente é uma ponte na busca da melhoria na educação mas existem pilares para a sustentação, e o principal a ser destacado neste momento é a valorização docente. Existem questões básicas sobre a estruturação da carreira docente, partindo da valorização salarial recorrente das formações e também do Plano Nacional e Estadual de Educação, para o desvelamento de um consenso ou pressuposto sobre a valorização profissional:

Ao fazer um retrocesso histórico sobre a carreira docente no Brasil até o final dos anos 60, o professor era visto como um mestre e tinha um grande reconhecimento social. Esse reconhecimento sofreu uma ruptura a partir do surgimento de um novo cenário político econômico desenvolvimentista, implantada nos anos 70. A partir daí a profissão professor

tornou – se pouco atrativa, não havia uma política de valorização e um achatamento salarial, o fato mais sentido naquele momento foi a perda do reconhecimento da sociedade. Fontana (2005) deixa claro a visão do professor no trilhar de um novo caminho para a mudança de postura.

Apesar de reconhecerem ser um trabalho árduo e desvalorizado socialmente, analisavam à docência a partir da possibilidade de mudança e de transformação social, como espaço de formação das novas gerações, e viam nessa possibilidade de contribuir para a construção de instrumentos para a cidadania ativa o fator determinante de sua identificação com o magistério e de sua permanência nele, [...]. (FONTANA, 2005, p. 133)

O Estado do Tocantins travou um intenso processo de luta no início dos anos 90 na busca de conquistas trabalhistas, sem muito sucesso, devido a atitudes autoritaristas do governador na época. Mas em 1999 o governo estadual foi obrigado pela legislação educacional vigente a instituir o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Integrantes do Magistério Público do estado do Tocantins na Lei nº 1.060, de 26 de março de 1999. Desta data em diante até atualmente esse plano já sofreu algumas modificações nos anos de 2004, 2010 e 2014, avançando na valorização dos profissionais da educação.

Partindo do caminho percorrido e estruturado nas lutas pela legislação na instituição dos planos de cargos, carreira e salário dos profissionais da educação que nas últimas décadas, constituiu uma meta fundamental na formulação de políticas educacionais, garantindo assim uma escola pública, gratuita e de boa qualidade.

Em dezembro de 2007 o governo do Estado sanciona a Lei nº 1.859 que aprova o primeiro Plano Estadual de Educação (PEE) 2006-2015, que apresenta as seguintes metas e objetivos sobre a formação continuada e valorização docente:

[...] 11.3.2 - assegurar programas de formação continuada, bem como facilitar o acesso a cursos de aperfeiçoamentos em nível de especialização, em áreas de interesse da educação;

11.3.3 - ampliar, a partir da implantação deste Plano, o atendimento com programas de capacitação em gestão educacional, a fim de garantir o processo de democratização do ensino;

11.3.4 - criar uma equipe permanente de capacitação em gestão que atenda a todas as localidades e seja extensiva às redes municipais de ensino por meio de convênio;

11.3.5 – Instituir mecanismos de revisão periódica do plano de carreira do magistério a fim de possibilitar o atendimento às demandas advindas dos avanços da legislação nacional e das necessidades locais oriundas do próprio sistema;

11.3.6 - organizar a jornada de trabalho de tal maneira que se garanta não menos de 20% da carga horária reservada às atividades complementares ao trabalho em sala de aula;

11.3.7 – estabelecer, com a colaboração da União, cursos de formação inicial e continuada para professores com o fim de oportunizar que profissionais habilitados atendam à demanda, mesmo nas localidades mais distantes dos grandes centros no

que diz respeito à progressiva universalização da educação infantil e do ensino médio;

11.3.8 - ampliar, com a colaboração da União e dos Municípios, os programas de formação em serviço, inclusive por meio da educação a distância, que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir as habilidades mínimas exigidas, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares; [...]

Analisando as propostas apresentadas no PEE 2006-2015, o grande desafio na sua formulação era garantir uma formação inicial adequada, tanto de formas gerais como específicas. Esse primeiro plano ficou deficiente em alguns pontos nas questões de formação e valorização de professores ficando frágil e sem uma explicitação concreta de formulação de uma política.

Todas essas estratégias políticas devem ser consistentes, coerentes e principalmente sempre continuas melhorando as condições de trabalho, a carreira. Como resultado das lutas dos profissionais e participação de diferentes segmentos sociais, ocorreu em junho de 2015 a reformulação do Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE) 2015-2025, onde apresenta algumas metas sobre formação de professores:

20.5. Ampliar e garantir, a partir da implantação deste PEE/TO, o atendimento a programas de formação em gestão educacional e áreas afins, visando fortalecer o processo de democratização e qualidade da educação de todos(as) os(as) profissionais efetivos(as) da educação estadual;

20.6. Implementar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, e alimentar, sistematicamente o banco de dados e informações de cursos ofertados/realizados de formação continuada, assegurando investimentos em cursos de iniciativa própria, com o objetivo de registrar a trajetória de profissionalização dos profissionais da educação, levantar demandas específicas e direcionar políticas de fortalecimento da educação;

20.7. Instituir, ao longo da vigência deste PEE/TO, parcerias com instituições de ensino superior, para oferta de cursos de formação continuada stricto sensu (mestrado e doutorado interinstitucional) gratuitos, aos professores da educação básica estadual, em todas as áreas de forma progressiva, com ampla divulgação das vagas, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE/TO, sendo 120 (cento e vinte) vagas de mestrado, e 40 (quarenta) vagas de doutorado, conforme edital, reservando quota de 20% para os professores de comprovada origem quilombola, afrodescendentes e indígenas;

20.8. Ampliar, até o terceiro ano de vigência deste PEE/TO, a quantidade de mestres em 30% (trinta por cento), tendo como referência os profissionais da educação com esta titulação, aumentando progressivamente em 5% (cinco por cento) a cada ano subsequente ao primeiro quinquênio, assegurando que, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) destes profissionais sejam professores regentes, sem prejuízos na carreira;

20.9. Ampliar, até o terceiro ano de vigência deste PEE/TO, a quantidade de doutores em 10% (dez por cento), tendo como referência os profissionais da educação com esta titulação, aumentando progressivamente em 5% (cinco por cento) a cada ano subsequente ao primeiro quinquênio, assegurando que, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) destes profissionais sejam professores regentes, sem prejuízos na carreira;

20.10. Promover e executar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, políticas e programas de formação continuada de professores(as) e demais profissionais da educação que atuam nas escolas quilombolas, indígenas, do campo e para aqueles que atuam em escolas regulares e recebem alunos(as) oriundos destas comunidades e alunos(as) com Deficiências, Transtornos Globais do

Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, respeitando a legislação vigente; (Plano Estadual de Educação do Tocantins, 2015 meta 20)

As estratégias apresentadas na meta de formação principalmente a preocupação em garantir o incentivo a formação continuada por iniciativa própria (Estratégia 20.6), onde é incentivado que o profissional encontre um objetivo para o prosseguimento dos estudos. Observando as estratégias verifica – se que a preocupação com a qualificação está contemplada no plano, que visa um aumento progressivo de mestre e doutores na regência das salas de aulas.

Mas surge um questionamento importante sobre essas qualificações e valorização de carreira e salário para se ter profissionais qualificados com excelência. Como realizar essa proposta?

Na meta 21 apresenta – se a proposta de realização da valorização da seguinte forma:

Meta 21: Implementar política pública de valorização e condições de trabalho dos profissionais do magistério da educação básica da rede pública estadual, assegurando o prazo de, um 1 (um) ano para reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR, Lei no 2.859/2014, Art. 206, da CF e Art. 67 da LDB, de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais, com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PEE/TO.

Estratégias:

21.8. Garantir, a partir do segundo ano de vigência deste PEE/TO, carga horária aos docentes conforme as seguintes distribuições:

- a) 50% (cinquenta por cento) para o efetivo exercício em sala de aula;
- b) 10% (dez por cento) para formação continuada;
- c) 20% (vinte por cento) para planejamento;
- d) 20% (vinte por cento) para livre docência;

21.9. Garantir carga horária estipulada no concurso público ao docente sem prejuízo na remuneração, quando houver redução de turmas, com complementação de carga horária em funções pedagógicas para não ocasionar prejuízos para fins de aposentadoria;

21.10. Garantir revisão do Plano de Cargos Carreira e Remuneração - PCCR, assegurando percentuais de progressão vertical aos(as) profissionais da educação estadual, conforme critérios de titularidade abaixo:

- a) lato sensu (especializações) 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao salário base;
- b) stricto sensu (mestrado) 50% (cinquenta por cento) em relação ao salário base;
- c) stricto sensu (doutorado) 75% (setenta e cinco por cento) em relação ao salário base;

A apresentação de algumas estratégias de formação e valorização do Plano Estadual do Tocantins 2015 – 2025, foi proposital para a verificação de uma consistência na equiparação entre o “formar e o valorizar”. Houve avanços ao primeiro plano tanto na questão formulação de políticas de incentivo a formação como a apresentação de uma valorização econômica.

A mudança de valores da remuneração para as formações *stricto sensu* está no Plano de Cargo, Carreira e Remuneração uma progressão de 8%, já o PEE 2015-2025, prevê em uma de suas metas a revisão e modificação do PCCR onde esse percentual passará a ser de 50% para mestres e 75% para doutores.

Outro ponto interessante é a distribuição de carga horária incentivando o professor ao exercício da formação por iniciativa própria na livre docência. Os avanços estão ocorrendo de uma forma processual e gradativa, o professor é o alicerce na construção de uma educação ética, crítica e igualitária para todos.

4 - O Currículo na formação docente

A concepção abordada nos diferentes formatos de currículos, diversas vezes sobrepõem a atuação profissional. A formação continuada vem de encontro as necessidades de inovação e melhoria das competências no aprimoramento do saber.

A partir da compreensão da constituição do currículo o professor deve ter a maturidade de saber qual conhecimento é necessário à construção do conhecimento. Seguindo esse pensamento Silva (2004, p.14), aborda “talvez mais importante e mais interessante do que a busca da definição última de ‘currículo’ seja a de saber quais questões uma teoria do currículo ou discurso curricular busca responder”.

O currículo é um norte apresentado no cotidiano escolar, as formações continuadas apresentam – se como mediadoras nas discussões para o descobrimento da natureza da aprendizagem e a formação do conhecimento, de uma sociedade e de uma cultura.

O processo de afirmação do currículo deve ser pensado não como algo imposto, um documento sem identidade, a subjetividade parte da relação de cada um, deve ser impresso que somos, como pensamos e como vivemos conforme a realidade.

As formações continuadas devem estar ligadas a um aprofundamento dos saberes, aliadas a metodologias inovadoras para o processo de ensinar conteúdo específico. Preservando o conhecimento histórico, a escola deve promover tanto o conhecimento comum como o conhecimento científico

Na formação continuada percebe – se a preocupação dos professores com as concepções tradicionais do currículo, o movimento de apropriação de conteúdos com tempo determinado, sem a preocupação da contextualização da realidade do saber.

A ligação entre o levantamento diagnóstico situacional das formações no Estado do Tocantins desenvolve um movimento de construção, reflexão e reconstrução de propostas curriculares voltada para as necessidades sociais e culturais. Todo esse movimento tem como resultado uma formação crítica do pensamento do professor e todos os sujeitos do processo de desenvolvimento educacional.

Considerações Finais

Ao analisar os documentos os documentos e legislação compreende – se que a transformação histórica das políticas educacionais é vital para a mudança na qualidade da educação e um relevante fator social para a humanidade.

Atualmente as políticas de formação identificadas precisam urgentemente serem revistas não ficando apenas a cargo da esfera Federal, tendo o Estado do Tocantins o dever em propor e financiar ações para desenvolver formações com vistas as necessidades e a realidade do Estado. A parceria com Universidades do próprio Estado já ocorreu anteriormente com resultados eficientes, devendo ser ampliada para que haja como consequência uma oferta de ensino mais ampla e de excelência.

Outro ponto apresentado foi o avanço na legislação tanto no que tange a formação como a de valorização apresentada no PEE 2006 – 2015 para o PEE 2015-2025, a qualidade da melhoria das metas e objetivos, ocorre como aspectos positivo na construção de uma história da educação, importante passo na transformação atual e futura das políticas públicas de formação e valorização dos profissionais da educação.

Nota – se que o novo Plano Estadual de Educação do Tocantins 2015 -2025 veio iniciar a diferença da defasagem na formação e valorização do trabalho docente, entretanto não significa que existem soluções definitivas para os inúmeros problemas e dificuldades. As metas e estratégias corrigem algumas distorções existentes, introduzindo novas reformulações desejadas pelos educadores e o coletivo social inserido nesse processo educacional.

A proposta de reflexão no processo de formação continuada dos professores na transformação da realidade por meio de uma constituição da compreensão de um currículo como espaço de construção de diferentes identidades, inserindo assim um sentido a educação e a prática pedagógica, pautada não apenas em conhecimentos comuns e sim a elevação para um conhecimento científico genuíno.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre JOU, 1982. (O Trabalho Docente)

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Leis ordinárias**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: julho. 2015.

_____. **Portaria nº 867, de 4 de Julho de 2012. Institui o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa**. Brasília. 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/documentos-importantes>>. Acesso em julho 2015.

_____. **Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/documentos-importantes>>. Acesso em julho.2015.

CUNHA, Maria Isabel da. (Org.). **Pedagogia universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006.

FONTANA, Roseli A. Cação. **Como nos tornamos professoras?** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: junho 2015

FRIGOTTO, G. **A formação e a profissionalização do educador: novos desafios**. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). Escola S.A. Brasília: CNTE, 1996.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal: Porto, 1999.

GATTI, Bernadete. (Org.) **Construindo caminhos para o sucesso escolar**. Brasília: UNESCO, INEP, CONSED, UNDIME, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antônio. **Revista Eletrônica Rede Brasil**. São Paulo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro. v. 14, n. 40. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda.

Política Educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto. **Redes Sociais e Hegemonia: apontamentos para estudo de política educacional**. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; LARA, Ângela Mara de Barros. Políticas para a Educação: análise e apontamentos. Maringá: Eduem, 2011.

TOCANTINS. **Lei nº 1.859, de 6 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação e adota outras providências. Disponível em: <www.secad.to.gov.br>. Acesso em: junho, 2015.

_____. **Lei nº 2.977 de 08 de julho de 2015**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação e adota outras providências. Disponível em: <www.secad.to.gov.br>. Acesso em: julho, 2015.